

ALIANÇA

ANO X • III SÉRIE • N.º 19 • ABRIL/MAIO 84 • PREÇO 40\$00

CGTP-IN



**LUTAR POR MAIO
CUMPRIR ABRIL**

ALIANÇA



revista mensal
de organização
e formação sindical
da
CGTP-IN



LÊ, ASSINA E DIVULGA

Sumário

1.º de Maio — A nossa luta faz a história	1
O Movimento Sindical e a luta para cumprir Abril	2
A economia portuguesa nos últimos dez anos	8
A segurança social nos 10 anos da Revolução	12
Como cumprir Abril — Inquérito	16
Há força bastante para fazer uma vida melhor	20
O maior 1.º de Maio desde 1974	22
Dificuldades que persistem	26
Absolvição dos sindicalistas de Setúbal	29
Exercício do direito de contratação colectiva	30
Dossier "dados úteis"	31

ALIANÇA

ASSINATURAS
(por 12 números)

Portugal — 360\$00
Europa — 600\$00
Fora da Europa — 700\$00

Propriedade: Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
Intersindical Nacional

Director: Álvaro Rana
Redacção arranjo gráfico e fotografia: "1 de Outubro"
Redacção e Administração: Rua Victor Cordon, 1-2.* — 1294
LISBOA. Telef. 37 21 81
Composto e Impresso: Belfranco c.r.l.

1.º de Maio

A nossa luta faz a história

As impressionantes e gigantescas movimentações populares que assinalaram as comemorações do 10.º Aniversário do 25 de Abril e do 1.º de Maio são o resultado do imenso caudal da luta intensa e permanente de uma classe operária e de um povo que não vergam perante as dificuldades e têm a consciência de que impedir e derrotar a política do actual governo é condição indispensável para resolver os problemas concretos e fundamentais que defrontam.

A adesão massiva do movimento operário e das massas populares às comemorações democráticas do 25 de Abril e do 1.º de Maio e o desprezo manifestado às propagandeadas cerimónias oficiais puseram a nu o real isolamento em que se encontra o governo Mário Soares/Mota Pinto.

Nem o recurso a apressadas tolerâncias de ponto, nem a emissão televisiva de uma final de futebol para o dia 1.º de Maio desviaram os trabalhadores de participar nas iniciativas que assinalaram uma data que lhe é particularmente querida e de demonstrar a sua plena identificação com os objectivos centrais em torno dos quais foi convocada pela CGTP-IM.

Desmoronaram-se, um após outro, os sonhos alimentados pelo governo e sua clientela política sobre a tão decantada desmotivação dos trabalhadores e a não menos apregoada descrença do povo português nos ideais libertadores do 25 de Abril.

Não só o governo se viu despido. Também os diversos "ideólogos" e "grandes educadores" que diagnosticam a existência de uma crise do sindicalismo, os que cozinham a "caldeirada do reformismo sindical" e os que vêm o 1.º de Maio, unicamente, como mais um feriado, viram uma vez mais cair por terra as suas estafadas teorias. Não admira que assim aconteça porque estão habituados a tomar como horizonte da luta dos trabalhadores o seu próprio umbigo.

As comemorações do 1.º de Maio e de 10 anos em liberdade soaram a dobre de finados para o governo que não pode doravante esconder o desprestígio e o descrédito acumulados e a vigorosa condenação que lhe foi feita pelo povo português.

A partir do dia 1.º de Maio uma nova fase se enceta na vida da sociedade portuguesa.

Existem melhores condições, existe mais unidade no vasto campo democrático e maior dinâmica no movimento popular de massas que prenunciam a materialização de uma alternativa real de mudança para cumprir Abril.

A situação que vivemos não se compadece com hesitações, nem com expectativas. Exige que unamos esforços, se desenvolvam todas as frentes de luta e se organizem novas e poderosas acções que ponham termo a um governo e a uma política que têm cavado a miséria do nosso povo e a ruína do nosso País.

Exige uma mudança efectiva e não uma operação de cosmética destinada a cobrir uma mera "remodelação de aparência". **Exige uma mudança autêntica, uma remodelação total, que substitua uma política velha e um governo velho, responsáveis pela mais profunda degradação das condições de vida e do clima de inquietação insegurança social, por uma nova política e um novo governo que se empenhe em promover e garantir o Trabalho, o Pão e o Progresso do nosso País.**

A mudança real que desejam os trabalhadores, e as mais vastas camadas do nosso povo, é no sentido de prosseguir Abril, com pleno cumprimento do regime democrático constitucional e por intermédio de uma política de desenvolvimento assente no aproveitamento dos nossos recursos, de estabilidade de emprego, de salários e pensões justas, de liquidação do recurso a sistemáticos e brutais aumentos de preços, de penalização de todas as manifestações de corrupção e de todos os métodos repressivos, como plataforma que assegure uma efectiva melhoria das condições de vida e uma autêntica justiça social a todos aqueles que estão interessados e empenhados num Portugal livre, democrático e independente.

Para alcançar este objectivo a nossa luta prosseguirá todos os dias no interior das empresas, nas ruas, em todos os recantos do nosso País, porque é uma luta justa, porque sabemos que temos razão, porque sabemos que é com o nosso esforço que se faz a História ●



25
de ABRIL

O movimento sindical e a luta para cumprir Abril

A evolução que se registou nos últimos dez anos no nosso País no seio do movimento sindical sendo a consequência da luta que os trabalhadores travaram nas mais duras e difíceis condições, contra o regime fascista, veio a beneficiar, como é de elemental justiça reconhecê-lo, da acção empolgante e corajosa desencadeada pelos militares patriotas na inolvidável e histórica madrugada libertadora do 25 de Abril de 1974.

Intersindical: fruto da resistência ao fascismo

Na realidade até ao momento em que tiveram lugar os acontecimentos que hoje ilustram uma das mais belas e ricas páginas da História do nosso País, a actividade prosseguida pelos sindicatos que deram corpo à Intersindical esteve sempre sujeita às maiores dificuldades e tinha de enfrentar toda a espécie de riscos e de perigos, pela denúncia, resistência e combate que moveram às injustiças, às brutalidades, aos crimes e às arbitrariedades que caracterizaram o período de domínio do regime fascista.

O 25 de Abril veio pôr termo a esta situação, tendo restituído as liberdades e os direitos fundamentais ao Povo Português e permitido uma profunda alteração nas condições em que se desenvolveu a luta sindical.

Com efeito, antes de se ter verificado o movimento triunfante dos capitães de Abril, a luta, de que os trabalhadores foram intérpretes, passou por fases distintas e está recheada de inúmeros aspectos concretos que são inegá-

veis testemunhos da sua determinação em defender, ampliar e reforçar a unidade entre todos os trabalhadores, entre todas as organizações sindicais, com o objectivo de procurar, em torno da resolução dos seus problemas efectivos, dotá-los de uma organização própria e com a força indispensável para combater com êxito os seus inimigos de classe que os oprimem e exploram.

Luta que passou pela acção consequente de transformar os chamados "sindicatos nacionais", impostos administrativamente e pela força pelo regime fascista, de instrumentos ao serviço dos exploradores, numa arma dos trabalhadores no combate pelos seus interesses vitais.

Algumas dezenas de anos foram consumidas nesta acção persistente e permanente até que se conseguiram forjar as condições para a criação, em 1 de Outubro de 1970, da Intersindical, conquista relevante dos trabalhadores, se tivémos em conta, que o regime fascista proibia a formação de qualquer central sindical e o importante contributo que forneceu para a maior coesão e fortalecimento da unidade dos trabalhadores, para a intensificação da sua luta e para abrir caminho à Revolução dos cravos.

10 anos de Revolução



Com o 25 de Abril:
grandes conquistas
dos trabalhadores

A partir do 25 de Abril, já então

beneficiando do novo clima que se vivia no País, são destituídas as comissões administrativas e as "direcções" de servidores do regime deposto e criam-se as condições para o funcionamento

democrático dos sindicatos, por intermédio da intervenção profunda e participada dos trabalhadores na vida sindical e pela realização de eleições sérias em todos os sindicatos.

Procede-se à extinção das corporações, estruturas criadas pelo fascismo para fazerem a "harmonia de classes", ocupa-se o chamado Ministério das Corporações que passa a ter a designação de Ministério do Trabalho e assume-se a responsabilidade de organizar e de realizar as primeiras comemorações em liberdade do dia 1.º de Maio, tendo-se, igualmente, reivindicado e conseguido que esta data memorável seja consagrada feriado nacional.

Nesse período é ainda devido à acção reivindicativa do movimento sindical, organizado em torno da Intersindical, que se alcança, a conquista do salário mínimo nacional que viria, de imediato, a beneficiar mais de 50% dos assalariados, e se obtiveram consideráveis melhorias salariais e sociais que alteraram, significativamente, a deplorável situação de salários de miséria que então se verificava.

Como consequência da ampla movimentação desencadeada pelo movimento sindical conseguem-se importantes conquistas como a proibição dos despedimentos sem justa causa e o reconhecimento do direito à greve, direitos que, ainda hoje, estão consagrados na Constituição da República Portuguesa.

O empenhamento unitário organizado dos trabalhadores na defesa e no desenvolvimento da

economia nacional e na sua colocação ao serviço das classes laboriosas e da Independência do nosso País, está também claramente demonstrado, na luta empoligante, travada com sucesso, pela nacionalização da banca, dos seguros, dos transportes e das indústrias básicas e pela realização da Reforma Agrária que vieram a ser consignadas e se mantém, actualmente, em vigor no texto constitucional, como conquistas irreversíveis dos trabalhadores.

As sucessivas vitórias conseguidas pelos trabalhadores, sendo significativas da sua combatividade e do elevado nível da unidade e do poder organizativo do movimento sindical, vieram operar profundas transformações na sociedade portuguesa que puseram em risco, diminuíram ou eliminaram mesmo, muitos dos privilégios dos tradicionais detentores do poder político e económico no nosso País.

Movimento sindical é alvo preferencial dos inimigos de Abril

Nestas circunstâncias o movimento sindical tornou-se, para os representantes desses interesses atingidos e ameaçados, no alvo preferencial que tinha de ser minado, tinha de ser combatido, até se conseguir pôr em causa, ou destruir mesmo, a unidade real e indiscutível que se estabelecera entre os trabalhadores e procurando desta forma enfraquecê-los perante os seus inimigos de classe.





Com esse objectivo procuraram aproveitar a experiência dos centros de intoxicação do grande capital nacional e estrangeiro, o estádio de despolitização de diversas franjas da nossa população provocado por quarenta e oito anos de fascismo, o menor grau de compreensão e de consciência de classe em alguns extractos de trabalhadores e a demagogia, a mentira e as calúnias de certos políticos, como ingredientes da sua campanha para tentar enfraquecer e desarticular o movimento sindical unitário.

A assanhada campanha que moveram ao movimento sindical unitário tem em vista, unicamente procurar, quaisquer que sejam os meios, impedir o desenvolvimento da luta pela emancipação dos trabalhadores e a concretização do seu objectivo central de pôr termo à exploração, como passo indispensável para a transformação da sociedade portuguesa numa sociedade sem classes.

É a inviabilização deste objectivo fundamental, desde sempre defendido pela CGTP-IN, que está verdadeiramente em causa.

Tendo, entretanto, plena consciência dos perigos que poderiam resultar da campanha orquestrada pelos seus inimigos e ciente, também, de que por vezes se é levado a ver a árvore sem descortinar a floresta por ela encoberta, o movimento sindical mobilizou-se e deu como resposta, de imediato, todo o trabalho realizado ao longo do ano de 1976, em que fez clara e inequívoca demonstração dos processos democráticos utilizados no seu seio e dos profundos esforços dedicados a preservar a unidade sindical e de todos os trabalhadores, na preparação entusiástica e responsável do Congresso de todos os sindicatos que se veio a efectuar em Janeiro de 1977.

A realização do Congresso de todos os sindicatos veio a constituir uma estrondosa vitória dos trabalhadores portugueses no combate ao divisionismo e aos seus inimigos de classe e patenteou a crescente maturidade e elevação da consciência de classe dos trabalhadores e a sua firme disposição de lutar pela defesa dos seus direitos e interesses e de consolidar a sua unidade contra todas as acções hostis à democracia intentadas pelas forças reacçãoárias do capital nacional aliadas ao imperialismo estrangeiro.

Na sequência da inesquecível jornada do Congresso de todos os Sindicatos, só ficaram de fora do movimento sindical unitário aqueles que, mesmo que trabalhando por conta de outrem, nada têm a ver com os objectivos concretos nem com a luta libertadora dos trabalhadores e optaram por servir, zelosamente, os ditames e interesses das forças capitalistas e dos partidos políticos e dos governos que as representam.

Com Mário Soares em 76 começa a política de regresso ao passado

Vencida a primeira grande batalha na luta contra o divisionismo, seria pouco realista não esperar que as forças políticas e sociais que se alimentam da exploração desenfreada, não lançassem novas e mais poderosas ofensivas contra os trabalhadores e contra o Portugal de Abril.

Essas ofensivas desencadeadas desde o 1.º governo constitucional, em que Mário Soares inicia os "acordos" com o FMI da "política dos pacotes" e a campanha demagógica do "Pacto

Social", desfez o primeiro grande ataque contra a Reforma Agrária, devolveu as empresas intervencionadas ao patronato que as tinha sabotado, engendrou as leis dos contratos a prazo, dos tetos salariais e da liberalização dos despedimentos e em que tudo faz para agudizar as condições de vida do povo português e em que já então, sob qualquer pretexto, recorre a cargas policiais e à intervenção de forças militarizadas para procurar travar a luta dos trabalhadores.

Apostado numa política frontalmente contrária aos interesses dos trabalhadores, não surpreende que Mário Soares tenha apadrinhado e fomentado, com outros inimigos dos trabalhadores, o grupo divisionista da chamada "UGT" e que tenha aberto de facto as portas à alternativa demagógica de "mudança" proclamada pela "AD".

Em toda a actuação destes politiquês sedentos de poder, fica mais claro o que os faz mover, é conseguir criar as condições que permitam impôr uma política que nada tem a ver com a política de esperanças que os portugueses, justamente, acreditaram ser possível com o 25 de Abril e como determina a Constituição da República Portuguesa.

Hoje é mais visível que a política em que estão empenhados os partidos que compuseram a extinta "AD" em nada difere da que praticam os partidos que integram o chamado "Bloco Central" e que formam o actual governo.

Existe um traço de união que liga a actuação das figuras cimeiras destes partidos e dos responsáveis pelos governos que têm formado, uma mesma política geradora de imensas dificuldades e de tremendas injustiças sociais para as classes laboriosas e, em contrapartida, de substanciais benefícios para os grandes capitalistas nacionais e estrangeiros.

A esta mesma política, de desrespeito e incumprimento da Constituição, seguida pelos sucessivos governos desde 1976, se tem oposto o movimento sindical unitário que lhe tem movido e oposto permanente resistência, denúncia e combate. A pujança, energia e firmeza do movimento sindical têm sido um travão poderoso que tem impedido que a alteração do regime democrático e o agravamento da situação das

classes trabalhadoras se tenham processado com a extensão que desejam esses governos e os interesses que representam.

A luta dos trabalhadores tem mantido Abril vivo

Em grande parte, muitas das conquistas e dos direitos alcançados com o 25 de Abril mantêm-se de pé, devido unicamente à luta incessante desenvolvida pela CGTP-IN e outras forças democráticas, sendo motivo de sobra para enfurecer o grande patronato e os seus governos.

Explica-se assim, porque motivo esses mesmos governos se encarniçam em estimular o divisionismo entre os trabalhadores. Se, porventura, conseguissem concretizar esse objectivo, estariam em condições muito mais favoráveis para impôr uma política que seria claramente contrária aos interesses dos trabalhadores e permitiria intensificar a sua exploração e levar por diante o projecto de colonização do nosso País.

É no cumprimento dessa missão, para satisfazer o jogo dos que exploram os trabalhadores que se encontra a única razão da existência do divisionismo.

Divisionismo que tem expressão real em meios poderosos fornecidos pelo grande patronato nacional e estrangeiro e pelos governos que lhes estão subordinados, mas que cada vez mais de reduz no seio dos trabalhadores.

A luta exemplar da CGTP-IN em torno dos problemas concretos dos trabalhadores e do País, tem sido a razão fundamental que tem feito fracassar, em múltiplos aspectos, o divisionismo e os objectivos mais pretendidos pelos governos dos últimos anos.

Foi a luta firme, persistente e tenaz travada pelos trabalhadores, pela CGTP-IN que determinou que a política dos primeiros executivos de Mário Soares e os da "AD" viesse a ser derrotada e os seus governos demitidos.

Lutas nas empresas, nas ruas, nos sectores de actividade, nas localidades, a nível nacional, em que tiveram lugar concentrações, manifestações, paralisações e greves, entre as quais assumem particular relevo as greves gerais de 12 de Fevereiro e de 11 de Maio de 1982.

Todas estas acções realizadas, tendo sido precedidas de incontáveis reuniões, assembleias, sessões de esclarecimento, de plenários e de congressos a todos os níveis, têm-se saldado por um indesmentível aprofundamento da autêntica unidade e maturidade dos trabalhadores e têm contribuído para cimentar a força aglutinadora do poder das classes trabalhadoras.

Continua a política contra os trabalhadores? Mais um governo a ir para a rua!

Todo este trabalho permitiu que nopouco mais de um ano de duração do actual governo de M. Soares/M. Pinto, se tenham já efectuado centenas de manifestações, paralisações, greves, concentrações, vigílias e outras formas de protesto, em que se condenam frontalmente os efeitos da sua política e os prejuizos que tem causado aos trabalhadores, ao povo e ao País.

Só no curto espaço de tempo que medeia entre Setembro de 1983 e 1 de Março deste ano, tiveram lugar 6 grandes jornadas nacionais de luta que movimentaram os trabalhadores em todo o País.

Para tentar conter o ascenso visível da luta dos trabalhadores e do seu movimento sindical, o actual governo recorre ao aumento significativo de repressão policial nas empresas e nas ruas. Cerca de 30 intervenções repressivas em oito meses deste governo, são prova flagrante de que não está minimamente interessado em dialogar com os trabalhadores e de que teme a sua força e a sua razão, pelo que procura através dos meios que lhe proporcionam a violência impôr, a sua política.

Por isso este governo cada vez mais se apresenta não como um governo de Estado Democrático e de Direito que somos, mas como um governo marginal próprio do Estado Policial em que pretende transformar o Portugal de Abril.

Mas, se é um facto que o governo fez recrudescer a violência e a repressão para tentar fazer recuar a luta dos trabalhadores contra a sua política de miséria e de fome, é um facto também que

os trabalhadores não se deixam intimidar, não vergam e prosseguem cada vez de forma mais intensa o combate pela sua libertação, pela conquista da sua dignidade e de felicidade a que têm direito.

Os trabalhadores em torno da CGTP-IN vão prosseguir a luta com o objectivo de: travar o aumento do custo de vida; que sejam pagos os salários em atraso e actualizados todos os salários ao nível do custo de vida, bem como as pensões e subsídios; combater o desemprego e os despedimentos ilegais e criar mais e novos postos de trabalho; diminuir a carga fiscal sobre quem trabalha; aumentar a produção e o investimento com o aproveitamento de todos os recursos nacionais e com a realização dos grandes projectos de desenvolvimento actualmente congelados; pôr termo à utilização fraudulenta de dinheiros e bens públicos e de todas as formas de corrupção; melhorar as actuais condições de habitação, saúde e ensino e de inviabilizar todas as formas de prepotência e de repressão.

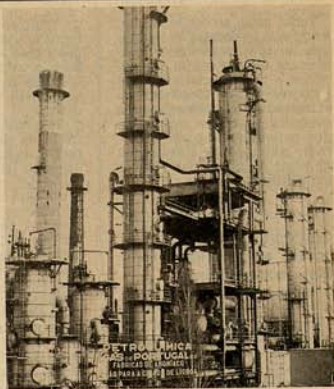
Graças à luta dos trabalhadores o governo Mário Soares/Mota Pinto é já hoje um governo fortemente contestado e combatido, com evidentes manifestações de desagregação interna e, por isso mesmo, mais limitado nos seus projectos e na sua capacidade efectiva de destruir as conquistas de Abril.

Mas não está ainda vencido, o que torna imperiosa, imprescindível e urgente a intensificação da luta dos trabalhadores, como factor determinante e decisivo para que se transforme de governo política, moral e socialmente condenado, em governo derrotado, e se criem as condições para uma alternativa capaz de inverter o rumo ruinoso do País, no sentido do progresso, e da concretização plena das promessas de Abril.

Foi visando o objectivo de conquistar uma nova política e um novo governo que os trabalhadores se empenharam activamente nas comemorações populares e democráticas dos 10 anos em liberdade do 25 de Abril e do 1.º de Maio e levantaram alto as suas bandeiras de luta pelo avanço da Democracia, pela satisfação das suas mais prementes aspirações de bem-estar e Progresso Social, pela realização do Portugal de Abril ●

25 ABRIL
10 anos

A economia portuguesa nos últimos dez anos



A crise económica dos países capitalistas

Os últimos dez anos têm sido de crise para a economia dos países capitalistas que atravessaram, desde 1974,

duas profundas depressões, em 1974/75 e 1980/82, a última das quais se revelou como a mais grave desde a dos anos 30. Mesmo no período intermédio as taxas de crescimento do Produto foram substancialmente mais baixas que as verificadas na década de 60.

QUADRO I
Taxas de crescimento do PIB

	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983E	1984P
OCDE	5,8	2,1	-0,9	4,6	2,4	3,0	3,3	1,3	-0,1	-0,3	2,3	3,5

Fonte: "Perspectives Economiques de L'OCDE". Dezembro de 1983
E Estimativa
P Previsão

Ao nível das consequências sociais o aumento do desemprego

tem sido o facto mais visível e aquele que mais gravidade assume.

QUADRO II
Taxas de desemprego

	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983E	1984P
OCDE	3,3	3,5	5,2	5,3	5,3	5,2	5,1	5,8	6,7	8,4	9	9

Fonte: Idem

Na CEE existem actualmente 12 milhões de desempregados, com um peso particularmente elevado dos jovens e das mulheres, e não se prevê que a retoma da actividade económica actualmente em curso, dadas as suas limitações, venha a fazer as alterações a tendências anteriores.

Mas a questão que tem constituído o alvo central das preocupações dos governos tem sido os níveis elevados a que se têm situado as taxas de crescimento dos preços.

QUADRO III
Preços no consumo: Taxas de crescimento anuais

	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983 ^E	1984 ^P
OCDE	7.8	13.4	11.3	8.6	8.9	7.9	9.8	12.8	10.5	7.3	5.5	5.5

Fonte: Idem

Este problema já vinha de trás mas sofreu agravamento brusco com os aumentos do preço do petróleo em 1974 e 1980. Os governos têm considerado que o combate à inflação se deve fazer

via redução da procura interna pelo que levam à prática políticas que visam a redução das taxas de crescimento e, consequentemente, o aumento do desemprego.

As transformações democráticas introduzidas após o 25 de Abril

Foi pois num ano de crise internacional que se deu o 25 de Abril, o que teve os seus reflexos no comportamento das principais variáveis económicas.

A este facto juntou-se um outro que foi o da sabotagem económica levada a cabo pelo patronato, com a paralisação de muitas empresas, fuga de capitais para o estrangeiro, etc.

Os governos provisórios e os trabalhadores responderam a esta situação com profundas transformações democráticas da estrutura económica, que desmantelaram o poder dos monopólios e dos latifundiários e criaram as condições para um desenvolvimento independente.

Enquanto a Reforma Agrária alterou a natureza do regime fundiário e, se apoiada devidamente pelo Estado, permitiria transformar a agricultura portuguesa e vencer a situação de atraso em que esta se encontrava (e encontra), as Nacionalizações colocaram nas mãos do Estado o conjunto das empresas mais modernas do País que, pela posição estratégica que ocupavam na estrutura industrial, constituíam um poderoso instrumento para a implementação de uma política económica democrática.

A política de recuperação capitalista conduz ao agravamento cíclico dos défices externos

Em vez de aproveitar as possibilidades abertas com a Revolução, os go-

vernos posteriores adoptaram uma política que objectivamente não serve os interesses dos trabalhadores nem do País e que tem induzido ao aprofundamento progressivo da crise.

Dos vários aspectos de que esta se reveste aquele que ultimamente mais se tem discutido é o problema do défice externo, que atingiu em 1982 níveis próximos da ruptura.

QUADRO IV
Défice da Balança de Transacções correntes

ANOS	DÉFICE		
	Milhões de contos	Milhões de dólares	% do PIB
1975	21.4	786	5.7
1976	37.5	1 244	8.2
1977	57.5	1 499	9.3
1978	34.8	826	5.7
1979	2.4	52	2.0
1980	62.8	1 215	6.6
1981	163.1	2 710	11.8
1982	248.7	3 240	12.5

Fontes: Relatórios do Banco de Portugal
Perspectivas Económicas OCDE
Dezembro de 1983

A Balança de Transacções correntes inclui a Balança Comercial, a do turismo, a dos transportes, rendimentos de capitais e transferências unilaterais (remessas de emigrantes) e é aquilo que vulgarmente se designa, embora incorrectamente, por "Balança de Pagamentos".

A principal componente da BTC é a Balança Comercial e é a evolução desta que explica, no fundamental, o comportamento daquela.

QUADRO V
Balança Comercial

ANOS	DÉFICE	
	Milhões de contos	Milhões de dólares
1975	42	1 670
1976	63	2 109
1977	96	2 508
1978	105	2 408
1979	128	2 632
1980	210	4 206
1981	315	5 162
1982	379	4 853

Fonte: Relatórios do B.P.

Como se pode constatar pelos quadros IV e V o défice externo não se tem agravado todos os anos, podendo no entanto afirmar-se com segurança que o agravamento cíclico é cada vez mais intenso, isto é: em 1982 a situação era incomparavelmente mais séria do que em 1977, sendo ambos anos em que se verifica máximos relativos do indicador "peso do défice da BTC no PIB".

A persistência de tão elevados défices tem implicado um recurso à dívida externa para além daquilo que seria comportável, não sendo, por outro lado, esse endividamento utilizado para desenvolver a capacidade produtiva do País.

QUADRO VI
Dívida Externa Total

ANOS	DÍVIDA TOTAL	
	Milhões de contos	Milhões de dólares
1975	46	1 688
1976	91.2	2 892
1977	178.4	4 426
1978	249.4	5 420
1979	327.7	6 584
1980	407.4	7 680
1981	652.7	10 003
1982	1 199.1	13 464

**Resolver os défices
à custa da crise interna
e da miséria dos trabalhadores**

O tipo de Política Económica adoptada não prevê alteração nas estruturas da produção e do consumo sendo exclusivamente uma política de curto prazo. Ora, dadas as características da economia portuguesa, mantendo as estruturas actuais, crescimentos mínimos naquelas duas variáveis originam imediatamente um enorme recurso à importação e, portanto, um agravamento imediato das contas externas. Uma vez que se verifica essa deterioração a única solução que os governos encontram é a de reduzir drasticamente a produção, o investimento e o consumo para diminuir as importações.

Esta política que tem vindo a ser praticada não pode pois trazer melhoramentos duráveis à situação dos trabalhadores, trazendo-se antes pelo agravamento cíclico e cada vez mais brutal das suas condições de vida e trabalho.

As medidas que têm vindo a ser aplicadas pelo actual governo enquadram-se perfeitamente nesta lógica.

Trata-se de diminuir a produção para reduzir as importações de energia e matérias-primas, os investimentos para evitar as importações de bens de equipamento e aumentar o ritmo da inflação para diminuir os salários reais e por consequência os artigos de consumo importados.

É possível, e até mesmo previsível, que se verifique uma melhoria nas contas externas e que, dentro de dois ou três anos, a produção, o investimento e mesmo os salários reais possam voltar a aumentar. Mas, mantendo-se a mesma política, tais melhorias serão ilusórias e novas medidas restritivas terão que ser aplicadas para reequilibrar os défices externos, tendo por consequência um agravamento incomparavelmente maior das condições de vida dos trabalhadores e da população em geral. É um ciclo vicioso do qual não há saída no quadro da Política de recuperação capitalista que tem vindo a ser posta em prática pelos sucessivos governos desde 1976.

A única alternativa está na alteração das estruturas económicas, que deve ser feita recorrendo à Planificação Económica e com a participação dos trabalhadores a todos os níveis. Essa Planificação, que o governo continua obstinadamente a recusar em favor de uma dita "economia de mercado" que mais não é do que a economia onde os capitalistas podem livremente explorar os trabalhadores, permitiria definir claramente objectivos e meios substituindo assim a irracionalidade actual.

Uma outra questão que tem ficado por resolver e que ultimamente tem sofrido uma nova aceleração é a inflação.

QUADRO VII
Taxa de Crescimento
dos Preços no consumidor

ANO	IPC
1975	17.4
1976	18.3
1977	27.4
1978	22.1
1979	24.2
1980	16.6
1981	20.0
1982	22.5
1983	23.5

Fonte: INE, IPC

Este, que muitos economistas reputam de um dos problemas mais sérios da economia portuguesa, constitui uma forma de aumentar a participação dos lucros no Rendimento Nacional pois exerce um efeito de erosão nos salários reais dos trabalhadores. Mas, ao mesmo tempo, é um entrave aos mecanismos de acumulação pois diminui a competitividade da indústria portuguesa em relação ao estrangeiro — dada a diferença existente nos ritmos de crescimento dos preços.

O Produto Interno Bruto tem evoluído de uma forma integral mas, de uma forma geral, pode dizer-se que as taxas de crescimento registadas têm sido baixas e mais que insuficientes para permitir reduzir a diferença que nos separa dos países desenvolvidos.

QUADRO VIII
Taxa de Crescimento do PIB

ANOS	Δ % PIB
1976	6.9
1977	5.6
1978	3.4
1979	6.6
1980	4.1
1981	0.5
1982	3.5
1983E	0.8
1984P	-1.4

Fonte: DCP e INE
para 1983 e 1984 GOP's para 1984

Pela primeira vez desde 1976 iremos ter em 1984, uma taxa de crescimento do PIB negativa, isto é, a Produção Interna irá diminuir em termos reais.

A política de recuperação capitalista conduz ao agravamento da situação social

QUADRO IX
Desemprego

ANOS	N.º Desempregados (milhares)	Taxa de desemprego
1975	133	3.5 %
1976	244	6.1 %
1977	291	7.1 %
1978	319	7.9 %
1979	343	8.3 %
1980	320	7.6 %
1981	386	8.8 %
1982	310	7.2 %
1983	449	11.5 %

Fonte: até 1982 "Inquérito Permanente ao Emprego", INE
1983: "Inquérito ao Emprego", INE

Nota: os dados de 1983 não são directamente comparáveis aos anteriores e os de 1982, por problemas metodológicos, devem ser lidos com especial reserva.

Como se pode constatar no quadro IX as taxas de crescimento do Produto têm sido insuficientes para evitar o constante aumento do desemprego. É pois possível que a quebra na produção que, a manter-se esta política, se irá verificar em 1984, se vá traduzir num agravamento brusco e muito importante do nível de desemprego.

Ao contrário do verificado nos anos de 1974 e 1975, a Política Económica dos sucessivos governos tem-se traduzido na diminuição do peso da massa salarial no Rendimento Nacional, tendência contrariada apenas pontualmente em virtude da luta reivindicativa dos trabalhadores.

QUADRO X
Rendimento Nacional

ANOS	Participação dos Rendimentos de trabalho no R.N. (1)
1974	52.1 %
1975	63.3 %
1976	61.6 %
1977	52.3 %
1978	49.1 %
1979	47.9 %
1980	50.6 %
1981	52.9 %
1982	51.0 %

(1) Excluindo contribuições patronais para a previdência

Fonte: OCP e INE
Nota: os dados posteriores a 1976 não são directamente comparáveis com os anteriores.

O que nos ensinam os últimos 10 anos: é preciso mudar de política

Como se pode constatar por todos os dados que foram avançados ao longo deste texto, a Política Económica adoptada pelos governos, posteriormente a 1975, não corresponde às expectativas criadas com o 25 de Abril e às possibilidades abertas durante os anos de 1974 e 75. Esta política não corresponde às necessidades objectivas do País e daí as consequências negativas que, a todos os níveis, dela decorrem.

Os trabalhadores continuam certos que a solução está na defesa e desenvolvimento das transformações democráticas introduzidas na economia e na sociedade portuguesa. A experiência destes últimos 10 anos demonstram bem esta tese.

25 ABRIL
10 anos

A segurança social nos 10 anos da Revolução

"art.º 57.º — 1. Compete às associações sindicais defender e promover a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores que representam

2. b) Constituem direitos das associações sindicais participar na gestão das instituições de segurança social e outras organizações que visem satisfazer os interesses dos trabalhadores.

art.º 63.º — 1. Todos têm direito à segurança social

2. Incumbe ao Estado organizar, coordenar e subsidiar um sistema de segurança social unificado e descentralizado, com a participação das associações sindicais, de outras organizações representativas de trabalhadores e de associações representativas dos demais trabalhadores.
4. O sistema de segurança social protegerá os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho".

(CRP, 1982)

Introdução

A análise das conquistas possibilitadas pelo glorioso 25 de Abril no domínio da segurança social é indissociável dos acidentes de percurso da Revolução dos Cravos e que, na prática, conduziram ao retrocesso para uma situação vizinha da que se vivia anteriormente. Em particular, o progressivo afastamento dos legítimos representantes dos trabalhadores do processo de decisão e da gestão das instituições de segurança social teve repercussões directas no nível da protecção social. Por isso, é indispensável, antes de proceder à apreciação da evolução da protecção social fazer uma breve referência à participação do movimento sindical na segurança social.

Participação

O 25 de Abril veio possibilitar a participação dos trabalhadores na definição da política de segurança social, consequentemente, viabilizar a satisfação das suas mais profundas reivindicações nesse domínio e que, em síntese, respeitavam à instituição de um verdadeiro sistema de segurança social, adequado às condições socio-económicas do País, e que garantisse um nível de vida digno a todos os residentes e o crescimento



progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida de todos os trabalhadores e dos portugueses em geral.



Certos de que a concretização destes objectivos dependia, por um lado, da racionalização da aplicação dos recursos, essencialmente constituídos por contribuições descontadas aos seus salários, e por outro, da correcção na aplicação

das leis demandadas do governo, os trabalhadores exigiram, evidentemente, a sua participação na direcção das Caixas de Previdência, o que se concretizou a partir de Setembro de 1974. Porém, a partir de 1977 e não obstante o direito de as associações sindicais participarem na gestão e na definição da política de segurança social constituir um imperativo constitucional, os sucessivos governos da direita têm produzido sucessivas leis inconstitucionais tendentes a contrariar a concretização daqueles direitos.

Para minimizar a possibilidade de actuação do movimento sindical recorreram, ainda, por um lado, aos sindicatos divisionistas criados, como se sabe, pelos partidos da reacção e com o apoio do capitalismo internacional, a que atribuem importância absolutamente desproporcionada face ao seu peso efectivo entre os trabalhadores, e por outro, à não institucionalização de órgãos (caso do Conselho Nacional de Segurança Social) ou à inviabilização prática de outros (Conselhos Regionais de Segurança Social) decorrente da sua composição (1), atribuições (2) e normas de funcionamento (3).

Nível de protecção

Após o 25 de Abril de 1974, são introduzidas sensíveis melhorias na protecção social dos trabalhadores, sendo de salientar designadamente, que em 1974 se procede à

fixação da pensão mínima do regi-



me das Caixas em 50% do salário mínimo (*)

- uniformização do abono de família pelo valor mais elevado, passando a ser independente do número de dias de desconto
- generalização da pensão de sobrevivência à viúva, independentemente da data do falecimento do trabalhador
- elevação de 50% para 60% da percentagem a considerar no cálculo da pensão do cônjuge sobrevivivo
- generalização do complemento por cônjuge a cargo, qualquer que seja a data do início da pensão de invalidez ou de velhice
- instituição de pensão social

— em 1975, se institui o regime do subsídio de desemprego

- um regime de transição para os trabalhadores agrícolas visando a sua integração, ainda no decurso desse ano, no regime geral (*)
- o suplemento de grande inválido
- valores mínimos para as pensões por incapacidade permanente, correspondente a desvalorizações igual ou superior a 30%, e por morte, resultantes do acidente de trabalho e doenças profissionais
- regime de segurança social para os trabalhadores independentes (*)

— em 1976, é revisto o esquema de protecção na maternidade, mediante o alargamento do período de atribuição do respectivo subsídio

— em 1979, em Dezembro, é criado um esquema mínimo de protecção social que previa a atribuição de abono de família e outras prestações familiares, pensões de orfandade e de invalidez e velhice, a favor de residentes que não têm direito a essas prestações através de outros regimes.

Este regime foi reformulado em 1980, sendo introduzidas limitações e condicionando a atribuição dos correspondentes benefícios a condições de recursos sem um mínimo de coerência, não só por serem variáveis de prestação para prestação mas também porque não teve sequer em atenção os níveis dos regimes contributivos.

A partir de 1980, verificaram-se ajustamentos das prestações, algumas vezes com objectivos meramente eleitoralistas, e que, em regra, não repõem o poder de compra dos beneficiários, con-

duzindo inclusivamente, a uma maior diferenciação, em termos monetários, entre os regimes existentes.

Porém, nalguns casos, ocorreu mesmo limitação dos direitos dos trabalhadores, como seja, por exemplo, o alargamento no final de 1982, dos períodos de garantia para acesso às pensões, que não assegura sequer a articulação com o período máximo do subsídio de doença⁽¹⁾, e, ainda, o encurtamento deste período máximo, em 1977.

Em contrapartida, têm sido privilegiadas formas de protecção de cariz nitidamente assistencial (por exemplo, os subsídios eventuais) e apoio a equipamento privado (em muitos casos lucrativo) em detrimento do conveniente redimensionamento da rede oficial de equipamento oficial.

Logo, conclui-se pois que a partir de período muito rico (1974/1975) no que respeita à satisfação das justas reivindicações, se assiste ao seu progressivo empobrecimento ou, até a um retrocesso em sintonia com o afastamento dos representantes dos trabalhadores da definição da política e da gestão das instituições de segurança social.

Financiamento

No domínio do financiamento são também caracterizáveis duas situações distintas.

No período 1974 e 1975, observam-se tentativas do patronato reter em proveito próprio as contribuições devidas às instituições de segurança social, o que determina que as dívidas sofram um sensível aumento, situando-se em 7,3 milhões de contos, no final de 1975. Po-

rém, o fenómeno agrava-se de modo acentuado nos anos seguintes⁽²⁾, devido a não terem sido adoptadas medidas eficazes e, em particular, não terem sido criadas condições que permitam a efectiva intervenção dos trabalhadores nesse domínio.

A melhoria do sistema determinou, obviamente, aumento dos encargos, o que aliado ao acréscimo das dívidas de contribuições, impôs a procura de soluções visando a cobertura dos défices entretanto observados.

Optou-se pela venda de títulos (aliás de reduzida rentabilidade — 4% e 5%), porquanto se considerou que o aumento da taxa de contribuições poderia ter repercussões negativas sobre a situação económico-social.

A partir de 1977, assiste-se ao recurso, injustificável, às contribuições dos trabalhadores para cobertura de encargos que são (e foram de facto até essa data) de responsabilidade do Estado — designadamente encargos com acção social e esquema não contributivo e despesas com pessoal, que sempre pertenceu a órgãos do Estado.

Esse recurso indevido às receitas correntes de segurança social para cobertura de encargos de responsabilidade do Estado constituem um dos factores determinantes dos aumentos das taxas de contribuição que se observam em 1977, e, mais tarde, em 1979.

Por outro lado, o avolumar das dívidas de contribuições tem determinado sucessivos recursos a empréstimos, com o subsequente avolumar dos encargos financeiros deles decorrentes e que, de acordo com orçamento para 1984, rondarão os 0,9 milhões de contos ●

(1) Na sua composição intervêm entidades (por exemplo, Instituições Particulares de Solidariedade Social e entidades patronais) que não representam quaisquer categorias de beneficiários, o que contraria a discriminação positiva determinada pela CRP e que, na realidade, não estão interessadas na melhoria do nível de protecção social dos trabalhadores. Por outro lado, qual a justificação da inclusão das entidades patronais quando muitas delas são devedoras de elevados montantes de contribuições, os quais estão em progressivo e acentuado aumento, e são responsáveis pela não protecção de trabalhadores ao seu serviço?

(2) Muito limitadas, respeitando quase exclusivamente, a acção social e a administração.

(3) Não se encontram asseguradas condições mínimas para uma efectiva participação. De facto, nota-se designadamente, falta de informação e de articulação entre os Conselhos Directivos, compostos apenas por pessoas designadas pelo Governo, e os Conselhos Regionais (ou de Ges-

tão) de Segurança Social, únicos órgãos em que participam representantes dos trabalhadores embora em posição fortemente minoritária.

(4) Presentemente, apenas 35% do salário mínimo.

(5) Esta desejável integração, ainda não foi feita. De resto, as únicas alterações situam-se ao nível da revisão do montante do abono de família e das pensões, as quais continuam a assumir valores miseráveis e tem sido actualizadas, segundo taxas ainda mais desfavoráveis que as do regime geral.

(6) Posteriormente, em 1977, 1980, 1982 e 1983, reformulado sendo, presentemente, equivalente ao regime geral, salvo quanto às contribuições, visto a respectiva taxa (15%) ser muito inferior à do referido regime geral.

(7) Nos termos do diploma de 1982, um trabalhador que atinja o máximo do período de atribuição do subsídio de doença, pode, a partir de Outubro de 1984, ficar sem qualquer prestação...

(8) Presentemente, o montante das dívidas não deve andar muito longe dos 65 milhões de contos...

Como Cumprir ABRIL



Baptista Bastos (Jornalista)

Todos os empreendimentos do homem possuem, sempre, algo de inacabado, de por cumprir. Como cumprir Abril, pois, aqueles homens que de Abril respiram, que por Abril são, e que Abril amam? Pode-se cumprir o que, por natureza humana, será incumprível? Os sonhos não se cumprem — sonham-se. Não é? O nosso desconhecido sonho de Abril vez alguma se cumpriu, se cumprirá? A verdade é que, até à última fronteira do possível Abril foi, Abril é, Abril será. Nas leis físicas que nos regem, nas leis históricas que nos ensinam e explicam, sabe-se que tudo se move, que nada se perde, que tudo se ganha e se transforma. Cumprir Abril é ir mais além do que as próprias promessas de Abril deixam perceber. É alcançar o inalcançável. É sonhar o insonhável, o impossível. Há fome, claro. Há desemprego, claro. Há uma coligação monstruosa e degradada, claro. Há nuvens medonhas que nos afligem por persistirem no horizonte visual dos nossos interesses mais imediatos. Mas cumprir Abril é comprar lugar para sonharmos de novo e sempre. Mas cumprir Abril é cultivarmos a orgulhosa certeza de que nenhum homem está só. Mas cumprir Abril é entender que, no chão fértil e sagrado de todas as nossas convicções existe um espigão que floresce — sempre e sempre. Cumprir Abril é não desistir. Cumprir Abril é encarnarmos, cada um de nós, a nossa própria liberdade e a liberdade dos outros. Cumprir Abril é saber que temos um encontro marcado com um destino singular e único. Cumprir Abril é sabermos que o verbo amar é conjugado em todas as pessoas. Cumprir Abril é a gente ter a certeza de que é gente. Cumprir Abril é percebermos que estar, em si, não é o bastante: é urgente ir mais além, é urgente não ter medo. Cumprir Abril não é uma outra liturgia de sangue e de palavras vãs. Cumprir Abril é todos sabermos que isto vai, amigo, isto vai.

Venha você daí até ao Abril de todos nós. Venha daí cumprir Abril cumprindo-o no gesto, na firmeza, do orgulho de estarmos intactos e íntegros.



Emídio Martins (Liga Operária Católica)

Abril de 1974. O Fascismo caiu. O País é agora outro. As condições que muitos de nós ajudámos a criar eram realidades evidentes misturadas com muitas surpresas e encantamentos. Tínhamos o direito à festa colectiva.

Falar, reunir, organizar, participar, esses direitos universais próprios da nossa dignidade de homens, podiam finalmente experimentar-se de verdade. Por eles também muitos trabalhadores tinham dado o seu melhor. Agora o povo deve comandar e ter nas suas mãos a capacidade de organizar a nova sociedade.

dora portuguesa valores que sempre inspiraram o nosso projecto de acção, em ordem à construção duma sociedade nova. Com os nossos camaradas de trabalho e de luta, e com o povo em geral, pudemos partilhar a alegria duma sociedade fraterna, a responsabilidade de uma verdade que já pode afirmar-se, a luta pelo triunfo duma justiça necessária e a esperança duma liberdade profundamente realizadora" e "acreditamos que estes valores se inscrevem na dinâmica libertadora da mensagem de Jesus Cristo e anunciam aquela fraternidade sem limites a que todos os ho-



O 25 de Abril foi uma etapa de muita esperança. Libertados de um pesadelo e de angústias sem fim, graças à intervenção do Movimento das Forças Armadas, estavam criadas as condições políticas e sociais que permitiriam a reconstrução do País em bases populares e onde os sem voz e frequentemente marginalizados iriam ter um papel mais efectivo.

Uma etapa de muita esperança: a vida sindical e política, a dinamização das novas organizações, o desenvolvimento do processo libertador do movimento operário em Portugal, a organização da sociedade para todos, era o desafio e a prova. E era importante. "Abrem-se horizontes novos onde se anunciam condições essenciais para que sejamos autores da nossa libertação e os construtores do nosso país". Assim o expressaram os militantes da LOC e da JOC em comunicado divulgado no dia 1.º de Maio de 1974 (que me aprez recordar): "Vivemos no seio da classe trabalha-

mens aspirar e que conjuntamente são chamados a construir".

Porém, dez anos volvidos, a frustração já atinge alguns. O desencanto já mora em muitas casas. A miséria e a fome, a represália e a censura instalam-se. A recuperação do passado parece estar no horizonte. Os capitalistas, os grupos mais poderosos e os seus aliados, jogam forte.

O desafio hoje consiste em manter viva a memória e a esperança.

A **memória**, para:

— não esquecer a história, interpretá-la e ensiná-la aos novos — crianças à 10 anos: a opressão da ditadura, o significado da festa que se seguiu nas suas várias dimensões e novamente a opressão que vai ganhando corpo, para que sejam sempre os mesmos a pagar as crises;

A **esperança**, para:

— tirar partido de conquistas que ainda se mantêm: a liberdade de

expressão, reunião, de associação. E embora o cansaço e o desencanto se instalem e nos dificultem a caminhada, é necessário alimentar a certeza da libertação desejada. Sabendo que os recuos também fazem parte dessa caminhada.

- acreditar que é possível organizar uma sociedade que se coloque ao serviço do Homem e de todos os homens e não ao serviço da economia ou de grupos de pressão privilegiados;

— reavivar os ideais que o 25 de Abril expressou, ou seja: que haja trabalho para todos, que todos beneficiem justamente do fruto do seu trabalho, uma justa repartição dos bens criados, a igualdade de oportunidades para todos e a possibilidade de participarmos activamente, a todos os níveis e democraticamente nas organizações ou instituições a que estivermos ligados.

José Luís de Matos (Professor de História da F.C.L.)

O 25 de Abril não deu todos os seus frutos.

Tivemos dois anos de enorme esperança, de enorme trabalho; a partir desses dois primeiros anos (1974-75), os frutos lançados à terra começaram a crescer, embora relativamente devagar.

Mantivemos o fundamental das conquistas revolucionárias.

Em todo o caso, estamos apenas no começo. A história de um país não se faz, não se muda, em dez anos. Havia toda uma longa história de repressão, de humilhação do nosso povo e só agora, passados dez anos, e no momento em que temos uma certa estabilidade democrática podemos começar verdadeiramente a construir o socialismo.

Assim, só a partir de agora é que o futuro vai nascer. Não se desenvolverá imediatamente — teremos que passar ainda muitas dificuldades.

Neste momento, o nosso povo está a sofrer enormemente com a crise económica e também com uma crise que podemos considerar moral, no sentido em que não encontram pontos de referência na situação actual democrática de tipo ocidental, para podermos ter esperanças.

Mas é a época em que novas esperanças podem começar a surgir.

Claro que a situação é difícil. Todavia, há motivos para ter esperança.

— **Pensa que o 25 de Abril contribuiu para que tenha havido evolução das mentalidades?**

— Há realmente um certo desbloqueamento a nível das mentalidades. Repare-se, por exemplo, que os sectores mais tradicionais, nomeadamente a Igreja, reagiram nos primeiros tempos, com medo da Revolução, não se integrando, de facto, na grande corrente do movimento popular estando sempre de pé atrás, só neste momento começam a mudar.

No caso da Igreja o desbloqueamento permite vislumbrar sinais de esperança

de que a instituição esteja próxima — começa a estar próxima neste momento — da gente simples, do povo: começa a haver (no Norte, no Sul) gente responsável da Igreja que sintoniza com as dificuldades que o povo sofre, a ter outra perspectiva da sociedade e do mundo.

No que se refere à sociedade em geral, tínhamos vivido durante cinquenta anos sob uma repressão cultural enorme. Mas à medida que as instituições mudam, à medida que as conquistas da Revolução se tomam, em certos aspectos, mais seguras; à medida que há uma maior capacidade de entender a grande explosão que foi o 25 de Abril, há também um desbloqueamento. Sabe-se que o ensino e a cultura são hoje, muito maltratados em Portugal. O Ministério da Educação, por exemplo, tem sido sempre dos ministérios mais reaccionários no nosso processo de, digamos, evolução social. Mas uma coisa é certa: a mentalidade dos estudantes, dos jovens, efectivamente, mudou e de tal maneira que não é possível, hoje, voltar-se ao que era há dez anos atrás. A partir de uma primeira explosão por uma parte do povo que fez o 25 de Abril, novas camadas sociais foram progressivamente, sendo levadas a aceitar os ideais de Abril, não no seu aspecto, digamos, revolucionário, de movimento socialista, mas aceitando, pouco a pouco, todo um desbloqueamento cultural de que é efectivamente responsável o 25 de Abril.

— **Neste momento, os portugueses, principalmente os trabalhadores, sofrem na pele inúmeros problemas, fruto das ofensivas do Governo. Tudo isto cria um certo desalento, designadamente, na luta que dia-a-dia se estabelece. Como entende todo este processo?**

— O momento é difícil, claro, que toda esta crise económica foi gerada pelo capitalismo e pelo imperialismo e tem

reflexos em toda a parte do mundo, até mesmo nos países socialistas, toda esta crise que se abateu sobre nós, num país de um capitalismo dependente, profundamente ligado aos imperialismos ocidentais, que não sabe sair dela, pelo menos, pelos meios que o capitalismo oferece.

Neste momento, os operários estão por um lado, convictos de que o socialismo seria a solução ideal para eles; mas, por outro lado, muitos dos trabalhadores estão a sofrer uma repressão enorme ao nível da sua vida quotidiana. Isso leva a que os que têm menos capacidade de compreender o que o socialismo representa recuem e estejam com a sua capacidade de luta diminuída. Está em causa o seu pão de cada dia, afastam-se um pouco dos movimentos reivindicativos, marginalizam-se em relação ao poder político e aos poderes sociais. Essa marginalização é, sem dúvida, sintoma dessa repressão enorme que de forma nenhuma, julgo eu, quer que eles acreditem que outra solução lhes pudesse dar a resolução dos seus problemas. O momento actual, em que os trabalhadores, muitas vezes, já não fazem greve por medo de perder o seu salário, se significa que, não querem perder, de imediato, o pão dos filhos, é sintoma seguro de que, mais dia menos dia, quando puderem ter melhores condições, eles voltarão novamente a reivindicar na rua e na empresa, uma outra vida, uma outra forma de existência que não este cinzento capitalismo em que estamos.

— Mas pensa que estes últimos dez anos foram úteis no sentido de preparar as pessoas para que não voltem a ser submetidas à repressão?

— Como eu disse, existe uma repressão a nível do salário, a nível da vida quotidiana.

Todos nós experimentámos ao longo destes dez anos que foi possível viver-se outro projecto. Se algo ficou foi precisamente a memória dessa Primavera que não chegou a ser Verão mas que anuncia Verões futuros, sem dúvida.

— Como já disse, os jovens, hoje, têm uma nova mentalidade. Recaindo sobre eles os graves problemas da vida nacional, como interpreta as suas reacções?

— Os jovens estão extremamente críticos em relação a uma sociedade que está estragando, no fim de contas, o meio ambiente. Quando digo meio ambiente refiro-me em primeiro lugar, ao problema da guerra, do confronto entre as grandes potências, depois à destruição do meio ambiente através da poluição industrial, ou da poluição nuclear, etc...

Os jovens tomaram maior consciência

desse problemas que a geração anterior, estão muito críticos relativamente a uma sociedade que não os deixa viver em paz neste mundo e que os marginaliza, que não lhes dá, por exemplo, salários profissionais, os não emprega, lhes não permite que exerçam as capacidades que têm, lhes restringe direito ao ensino e ao trabalho. O que vai resultar desse movimento juvenil também é, ainda, em boa parte, uma incógnita. Houve toda uma geração, a geração que foi a minha, de 62, a geração das crises universitárias, a geração de 68 das revoltas estudantis em França que foi, em parte, perdida. Nós, que participámos nesses movimentos, acomodámo-nos, entregámo-nos, somos instrumentos de uma determinada sociedade. A nova geração é mais criticada não irá adaptar-se tanto a essas condições que a nós, efectivamente, foram impostas e aceitámos. Neste sentido, há um desbloqueamento, uma nova perspectiva de vida, de ideais e mentalidades novas para os jovens. Isso é, também, um capital de esperança, uma capacidade de mudança. Ainda que nem todos os jovens saibam como mudar, embora eles, muitas vezes, não saibam o que querem, sabem o que não querem — e isso já é importante.

Penso que nós somos ainda profundamente tribais, nacionalistas, no pior sentido, isto é, cada um vive dentro do seu pequeno grupo, do outro grupo que são as Nações e as sociedades globais em que o mundo se divide enfrentámo-nos pessoalmente uns com os outros, grupo-a-grupo, Nação a Nação, como conjunto de nações. É a isto que chamo tribalização. Tivemos na Europa, ao longo de muitos séculos, mas, sobretudo, neste século, experiências terríveis desta luta entre os grupos, entre as nações. Neste século tivemos duas grandes guerras europeias, entre povos que afinal tinham uma cultura e um modo de viver comuns. Creio, assim, que tudo o que possa desfazer esses laços tribalísticos que nos envolvem, universalizando o homem, num mundo que está afinal cada vez mais unificado, deve ser feito.

Teremos que organizar, forçosamente, uma forma de impedir que uns quantos senhores gerais deitem bombas de hidrogénio no nosso quintal, digamos de uma forma coerente, o mundo em que vivemos. O principal neste momento é alcançar a paz que, claro, não se alcança simplesmente por boa vontade — há estruturas sociais que devem ser organizadas com essa finalidade. Em instituições como as Nações Unidas, por exemplo, poderiam ser implementadas essas estruturas para garantir a paz mundial. Uma coisa é certa: se nós não estendermos as mãos, dentro em pouco, perderemos.

Comemorações Populares
do 10.º Aniversário do 25 de Abril

**HÁ FORÇA BASTANTE
PARA FAZER
UMA VIDA MELHOR!**



Desde muito cedo o Governo M. Soares/M. Pinto escolheu a maneira de "empalhar" Abril. Chamou-lhe "revolução militar", desencantou "múmias do passado" à mistura com figuras de duvidoso empenhamento num Portugal democrático, e constituiu uma "comissão de Honra". Chegou mesmo (calcule-se!) a convidar alguns militares de Abril e verdadeiros democratas para "algeirar" a composição da dita "comissão".

Outra escolha porém foi a dos capitães de Abril e dos democratas portugueses. Outra escolha foi a do Povo.

É que, comemorações, sim, mas com aqueles que Abril fizeram, aqueles que Abril eternizaram: os homens do MFA e o Povo. A eles, sim, dar-lhes a palavra, a eles, sim, dar-lhes o direito de comemorar **activamente**, na rua, como há dez anos fizeram.

Houve, portanto, as comemorações **populares**, e as comemorações **oficiais**, do Governo com bandas militares em Lisboa e ranchos folclóricos no Porto.

Enfim, o que se passou foi significativo. Pudemos assim ver quem, em última consequência, está com Abril do Povo, Abril da liberdade e Abril da democracia plena ou quem, ao contrário, se bate por um regresso ao passado das "paradas", dos "cortes de fitas" e das "conversas em família".

A divisão que o Governo esperava conseguir, não aconteceu. O Povo está unido em torno de Abril. Os democratas vindos de todas as camadas sociais, tendências e sectores ideológicos estão com Abril. Assim, o Povo, em todo o País, saiu à rua e co-



memorou os 10 anos de Abril à sua maneira. As comemorações populares foram uma viva demonstração de que há condições para cumprir Abril, que há força bastante para construir uma vida melhor para todos.

As comemorações "oficiais" foram ao fim ao cabo uma "farsa" que fracassou, porque o Povo entendeu que nada daquilo tinha a ver com Abril. A reacção juntou-se na Aula Magna e, com a cobertura da RTP, levou a cabo uma sessão de bocejos e lamentações digna dos tempos de Marcello Caetano.

O programa "oficial" não atraiu ninguém, apesar da gigantesca publicidade veiculada pela Rádio e Televisão.

Foi isto que este Governo assumiu. Assumiu-se como o melhor portador dos interesses da contra-revolução. Assumiu-se como um inimigo das liberdades e da democracia. E assumiu-se como um governo isolado do Povo e das forças democráticas.

E para quem ainda restavam dúvidas, houve o 1.º de Maio a confirmar...





O maior 1.º de Maio desde 1974

MAJO

As comemorações do 1.º de Maio de 1984 promovidas pela CGTP-IN — pelo elevado número das iniciativas realizadas e pela participação massiva e entusiástica dos trabalhadores e da população em geral — saldaram-se na maior jornada do dia internacional do Trabalhador realizada no nosso país desde 1974.

Por outro lado, estas manifestações do 1.º de Maio no décimo ano da Revolução de Abril confirmaram que a CGTP-IN e os trabalhadores têm razão: **o Povo não quer este Governo nem esta política. O Povo quer uma política e um governo que respeitem e cumpram o 25 de Abril.**

O imenso caudal da luta firme e corajosa que os trabalhadores têm desenvolvido na defesa dos seus direitos e interesses contra a política de ruína e miséria do governo Soares/M. Pinto, não só constituiu o **factor decisivo** para o êxito das grandes movimentações de massas e a convergência de posições de amplos sectores democráticos expressas nas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio, como demonstrou mais uma vez não ser viável governar o país e país sem a **intervenção democrática dos trabalhadores.**

As poderosas manifestações populares que assinalaram o 10.º aniversário do 25 de Abril e o 1.º de Maio constituem um novo passo qualitativo que favorece o desenvolvimento da luta pela **demissão deste governo**, por uma alternativa democrática e patriótica, pela resolução dos problemas concretos dos trabalhadores.

E neste contexto de ascensão da luta dos trabalhadores que se podem explicar o crescente isolamento, as dificuldades e as derrotas sofridas pelo **governo**

M. Soares/M. Pinto na aplicação dos objectivos de recuperação capitalista e de destruição do regime democrático constitucional. Assim:

- Os anunciados aumentos de **preços dos transportes, do pão e de outros bens essenciais, bem como das rendas de casa** vão sendo sucessivamente adiados.
- A brutal ofensiva desencadeada há meses pelo ministro da indústria e tecnologia e o governo contra o **sector público** foi travada.
- O governo, graças à luta dos trabalhadores, continua a sentir-se desautorizado e incapaz de pôr em prática as **alterações às leis laborais** (nomeadamente, da greve e dos despedimentos) que sempre tentou concretizar.
- O governo foi finalmente obrigado a reconhecer a **gravidade do problema dos salários em atraso e a intervir e legislar sobre a matéria** depois, de, inicialmente, ter considerado que tal situação não lhe dizia respeito...
- **As acções repressivas e policiais** contra trabalhadores em luta não só abrandaram no seu ritmo **quase diário** de há meses, como acabaram por ser **inequivocamente condenadas pela opinião pública nacional e internacional.**
- No casoflagrante das sucessivas **prisões de dirigentes e activistas sindicais** o tribunal, ao absolver os réus, reconheceu os direitos e a **legitimidade** da acção dos trabalhadores e ficou demonstrado ser este governo, com o recurso à repressão e ao abuso do poder, quem se coloca aberta-

mente fora da legalidade democrática e constitucional.

- A política do governo de **manipulação da comunicação social estatuizada** e hoje conhecida e condenada por todos os sectores sociais é política e sofreu um profundo revés com as recentes guerras e **desentendimentos partidários no seio da RTP**, que conduziram já à demissão do seu presidente e à instauração dum inquérito parlamentar àquele órgão de comunicação do estado.
 - Torna-se cada vez mais necessário e inevitável para o actual governo proceder a uma **remodelação** no seu seio para lavar a cara e a imagem de desprestígio e incompetência que ganhou aos olhos do nosso povo. **Já não é, pois, um governo de pedra e cal como pretende o seu primeiro ministro**, nem nunca o será — por mais "remodelações" que se façam — enquanto persistir esta política anti-25 de Abril.
 - A remodelação que o país exige é uma "remodelação" total que dê origem a um novo governo e uma nova política, com a **intervenção e participação activa dos trabalhadores.**
- Estes são apenas alguns dos muitos exemplos de que **valeu a pena lutar**, e de que só pela luta de massas surgirão as condições para demitir finalmente este governo e promover alternativa que o povo acaba de reclamar massivamente nas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio.

MAJO • MAJO

• MAJO • MAJO • MAJO • MAJO • MAJO • MAJO •

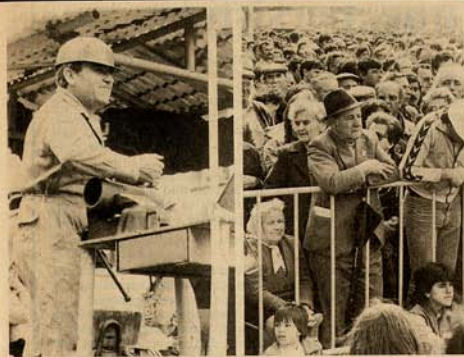
LISBOA



PORTO



MAJO • MAJO • MAJO • MAJO • MAJO • MAJO • M



ÉVORA



ALANCA

Dificuldades que persistem

A situação de profunda degradação das condições de vida das classes trabalhadoras tem provocado de Norte a Sul uma violenta e firme resposta dos trabalhadores. O ritmo e a participação crescente na luta de massas é uma evidência que a direita tem tentado abafar. Nas actuais condições políticas e sociais, o crescimento da luta de massas só tem sido possível por uma melhoria do trabalho de organização. Mas paralelamente o governo PS/PSD tem conseguido com a sua política, com a sua campanha — há que reconhecê-lo — levantar entraves ao reforço da organização sindical.

O cumprimento do Plano Integrado, dos Planos de Actividade para 84, das tarefas de sindicalização, o combate orgânico ao divisionismo e a reestruturação administrativa e financeira, são tarefas determinantes para o avanço da organização, para o crescimento da unidade e mobilização em torno das lutas que temos pela frente.

As tarefas definidas no P.I.e no Plano de Actividades para 1984

Continuam a verificar-se dificuldades na elaboração dos planos de actividade e de organização para 1984, dificuldades que assentam no insuficiente conhecimento das realidades dos sectores e regiões, nas debilidades de coordenação e direcção e ainda em alguma insensibilidade quanto à importância da planificação do trabalho, para as grandes e pequenas tarefas.

Embora nalgumas regiões prioritárias, a constituição e/ou funcionamento das comissões específicas de organização estejam ainda atrasadas, nos planos de actividade de algumas estruturas constata-se uma significativa melhoria; são definidas metas de sindicalização, planos de desenvolvimento da organização de base, etc, com identificação de responsabilidades.

Os efeitos da situação política, social e económica que o País vive e que se traduz nas empresas em: despedimentos, contratos a prazo, salários em atraso, aumento da repressão, boicote do divisionismo à contratação colectiva e acção reivindicativa, retenção de quotizações pelo patronato, impedimento do desconto directo da quotização nos salários, etc., por um lado, e a não implementação suficiente de acções permanentes e organizadas de sindicalização por outro, traduzem-se no pressentimento ou confirmação de uma queda

de associados dos sindicatos, com quotizações regulares.

A ideia que se tem é a de que, embora constatando inúmeras novas sindicalizações, estas não compensam a dessindicalização (em particular os atrasos no pagamento das quotizações), provocada pelos efeitos referidos.

Por outro lado é muito grande o esforço exigido aos dirigentes e activistas sindicais pelo que se torna imprescindível investir criteriosamente na formação sindical com vista a impedir o desgaste de alguns quadros, e apetrechar outros com a capacidade para fazer face à actual situação.

O trabalho desenvolvido para o levantamento dos focos sindicais existentes em cada região e sector, analisando as realidades existentes, as potencialidades disponíveis e as prioridades de intervenção está subvalorizado e além disso há deficiências no acompanhamento das inúmeras eleições sindicais que se vão realizando.

A necessidade do combate ao divisionismo a todos os níveis e em todas as frentes de trabalho, continua, a ser considerada justa e fundamentalmente.

Prioridades no trabalho face a esta situação

Tendo em conta esta situação, colocam-se algumas prioridades no trabalho imediato:

É necessário prosseguir com redobrado esforço o trabalho de sindicalização e o desenvolvimen-

to da organização na empresa.

É imperioso interligar mais correctamente as tarefas de organização com todas as lutas, e com o desenvolvimento das acções de massas.

A par do reforço dos departamentos de organização e da necessária planificação do trabalho, há que tirar partido do estudo das acções de organização e das formas como algumas acções de massas têm sido organizadas, a fim de serem detectadas as falhas e as formas alternativas de resposta em cada situação concreta.

A fim de combater o cerco formado pelo aparelho de Estado/patronato/divisionismo, a contratação colectiva e a acção reivindicativa, são cada vez mais importantes, são uma prioridade das nossas preocupações.

A contratação deve ser aliás, um processo permanente, tanto nas fases de preparação, negociação e aplicação. Há que sensibilizar as organizações de base para isso.

A anteceder a elaboração das propostas deve existir um amplo debate com os trabalhadores e uma melhor recolha de tratamento de dados. Assim conseguiremos que as propostas sejam realistas. As organizações de base (Comissões Intersindicais e Sindicais) têm que ter papel interventivo nos processos e elas próprias estarem constituídas de forma a que todas as profissões numa empresa se sintam representadas.

A contratação colectiva deverá ser um factor de aumento da sindicalização e de incentivo à organização de base.

Por outro lado há que encontrar a resposta regular e pronta aos problemas pontuais dos trabalhadores — tarefa básica das organizações de base — na certeza de que a resposta a esses problemas é uma garantia da mobilização para a luta reivindicativa e para as acções gerais. O trabalhador só entenderá necessária a luta alargada e generalizada, se nela se enquadrarem os seus problemas e reivindicações específicas.

Os congressos sectoriais, e os plenários de reestruturação, bem como as eleições sindicais deverão constituir cada vez mais grandes acções de massas em todas as regiões e sectores. Só assim aplicaremos os princípios que orientam a CGTP-IN e desta forma garantiremos o crescente reforço da organização do MSU e a sua crescente implantação, que os dados recentes vêm confirmando.

Existem algumas outras insuficiências no funcionamento e na acção das nossas organizações que urge combater, tais como:

- Subvalorização das vitórias dos trabalhadores (pequenas e grandes e que são imensas), não lhes dando o devido realce, não contrariando assim, a campanha de desmoralização e de submissão dos trabalhadores, orquestrada pelo governo.
- Insuficiente resposta para os problemas dos quadros técnicos em particular e também alguns casos de profissões minoritárias.
- Insuficiências na preparação e formação básica de dirigentes, delegados e activis-



tas sindicais, face às necessidades e características da intervenção sindical nesta fase que atravessamos.

- Existência, ainda, de processos demasiado burocráticos para a formalização da sindicalização de um trabalhador não sindicalizado ou que há muito está afastado do sindicato.
- Atrasos nas medidas de reestruturação administrativa e financeira e por vezes dessintonia entre a vida e a gestão dos sindicatos, face às realidades difíceis que os trabalhadores vivem no plano social, económico e financeiro.

Combate ao divisionismo

No seguimento da crescente movimentação de massas, em demonstrações e manifestações de descontentamento pela política deste governo, o divisionismo aparece como cavalo de batalha do patronato e do seu governo na tentativa de enfraquecer o movimento sindical.

Assim os divisionistas conseguem a imagem pública de uma dimensão que não têm, e de uma "contestação barata" que não tem correspondência aos seus objectivos.

É verdade que estas manobras, conseguem pontualmente arrastar trabalhadores.

O Congresso da "UGT" foi uma operação de certa forma frustrada dessa "campanha de marketing". Com ele se pretendia:

- A afirmação da "UGT" como estrutura organizada no plano nacional com implantação em todas as regiões e sectores. Aqui se inserem o lançamento de novos processos divisionistas, alguns cuja dimensão se resume às polémicas públicas de disputa de "tachos", a que se liga a febre de pôr assinatura em tudo o que são propostas patronais ou do governo que visam desmobilizar os trabalhadores das lutas pelos seus contratos de trabalho, etc, etc.
- Cobertura à política de direita do governo, com o discurso da concertação clara e objectivamente combinada — pretendendo que esta política é necessária para

fazer face à crise, contradizendo este discurso em alguns laivos e ameaças de "guerra social sem tréguas", etc, etc, aqui e ali "para trabalhador ver".

- Tentativa de afirmação no plano internacional, garantindo no entanto, que a maioria das organizações estrangeiras não se apercebessem da farsa que o "Congresso" foi. Porque de congresso de estrutura sindical nada teve: dependência total no plano partidário, dependência face ao governo, alheamento dos problemas dos trabalhadores, discurso alheio ao Portugal de Abril.

Na nossa tarefa permanente de denúncia e combate ao divisionismo nem tudo é feito da melhor forma. Há insuficiências que devemos corrigir, designadamente:

- hesitações pontuais em travar o combate, que tem que ser desenvolvido com determinação, acompanhado de uma atitude aberta de diálogo com os trabalhadores ludibriados pelas propostas ou acções;
- insuficiente debate e esclarecimento sobre o papel do divisionismo e o funcionamento e força que a acção interligada Patronato/aparelho de Estado/Divisionismo podem ter;
- desatenção à batalha ideológica e não utilização dos meios de informação de que dispomos para essa frente (boletins e jornais sectoriais, etc.), de forma programada e regular;
- denúncia débil, por vezes apoiada em "chavões" e em "declarações de princípio" em vez de análise e resposta às questões concretas, vivas e pontuais, da demonstração inequívoca (sempre que minimamente explicada), da sua intervenção na contratação colectiva, nas lutas nas empresas, nas grandes acções reivindicativas, etc.;
- insuficiente atenção e análise a factores que dentro duma empresa ou sector, colocam profissões minoritárias mas por vezes determinantes, em confronto com a esmagadora maioria dos trabalhadores, prejudicando a unidade e enfraquecendo a capacidade de luta •

Em luta

ABSOLVIÇÃO DOS SINDICALISTAS DE SETÚBAL:

VITÓRIA DE TODOS OS TRABALHADORES E DO MOVIMENTO SINDICAL

“...A ordem dada — pela polícia —, por substancialmente ilegítima, desobediência não implica o cometimento do crime de desobediência. (...) no sentido da licitude terão agido os réus. (...) Porque consideramos não terem os réus cometido nenhum crime, julgo não provada a acusação, dela os absolvendo”.

São passagens da sentença do Tribunal de Polícia proferida pelo juiz dr. Vaz Tomé no passado dia 3 de Maio que absolveu os 48 sindicalistas de Setúbal, detidos em 26 de Março junto à residência oficial do Primeiro Ministro.

Uma sentença considerada como “muito avançada” porque legitimou a presença, em delegação, de dirigentes sindicais junto à residência oficial de Mário Soares.

Do ponto de vista político, todavia, não foi só esta importância da sentença proferida. Ela constituiu, objectivamente mais uma derrota do actual Governo, este sim fora da lei, ao responder com a polícia às tentativas de diálogo dos sindicatos.

Por outro lado esta foi uma vitória dos trabalhadores. Uma grande vitória cujo alcance permite ver até que ponto se encontra desacreditado o actual Governo e a sua política repressiva e, em que medida é justa a luta dos trabalhadores.

Recordemos entretanto o que foi, nos seus passos mais marcantes esta luta que, na imprensa nacional ficou conhecida como o processo dos sindicalistas de Setúbal:

— Na semana de 26 a 30 de Março são presos pela polícia junto à residência oficial do Primeiro Ministro 284 sindicalistas. Entre estes encontravam-se um deputado e dirigente da CGTP, Manuel Lopes, dois padres operários e, para além de outros dirigentes nacionais da

CGTP-IN, o Coordenador Nacional da Central, Armando Teixeira da Silva.

— Alguns destes dirigentes, após a prisão vêm o seu julgamento ser adiado sem data marcada.

Para outros o motivo da prisão não constitui matéria acusatória pelo que, são imediatamente postos em liberdade.

Para os primeiros 48 o julgamento desenrola-se em quatro sessões. Foram, sublinhe-se, sessões do Tribunal em que a defesa passou à acusação, tendo os camaradas, a partir do banco dos réus, feito a acusação e a denúncia do Governo mais anti-trabalhadores e anti-Abri! de que há memória.

— Em três de Maio é pronunciada a sentença. Contudo, o processo não acaba aqui. Com efeito, esta luta dos trabalhadores teve consequências profundas até no plano dos órgãos de Poder e da Comunicação Social.

Foi aberto, e continua a decorrer, um inquérito parlamentar à prisão do deputado Manuel Lopes, que foi, como se sabe, uma violação à imunidade dos parlamentares. Quanto à Comunicação Social, como registo fica o telefonema de Mário Soares ao presidente (agora demissionário) da RTP proibindo a cobertura televisiva dos “sindicalistas de Setúbal”, questão que arrastaria outras, estando na origem de diversas alterações na direcção deste Órgão de Comunicação Social, nomeadamente através de processos em cadeia de demissões voluntárias e compulsivas.

Registe-se assim o impacto e a importância da luta dos trabalhadores. Pela legalidade democrática em contraste com a prática corrente nos gabinetes deste governo, ilegal, inconstitucional e atentatória das liberdades conquistadas em Abril de 74.

Rui Pereira

ANDAR DE BICICLETA TAMBÉM É LUTAR

Aconteceu em 17 e 18 de Abril últimos ao longo de 180 Km de estrada e localidades diversas. Eram cerca de 200 trabalhadores vidreiros da Marinha Grande que pedalavam rumo a Lisboa. O seu objectivo: S. Bento e a Residência Oficial do Primeiro Ministro.

Em protesto contra o drama da fome que flagela as suas casas e a sua terra, exigindo o pagamento do milhão de contos de salários em dívida, recla-

mado a reestruturação global do sector do Vidro e da Cristalaria, os vidreiros transformaram o seu meio habitual de transporte, a bicicleta, num instrumento de protesto no que constituiu uma das mais originais realizações das estruturas sindicais dos trabalhadores deste sector e do Movimento Sindical Unitário.

Ao longo do trajecto da Marinha Grande até à capital, a Caravana dos Vidreiros despertou e sensibilizou para a dramática situação destes trabalhadores e para a sua luta vários milhares de

continua na pág. 32

Exercício do direito de contratação colectiva

Acção do Ministério do Trabalho

A defesa do direito de contratação colectiva e o seu efectivo exercício foi um dos eixos centrais da acção desenvolvida pelo movimento sindical. O fim visado pelo patronato era o de atacar os direitos, garantias, liberdades e regalias conquistada e consagrada nas convenções colectivas, após o 25 de Abril, ou, ao menos restringir a sua aplicação.

Com este objectivo o patronato e o governo continuaram a procurar impedir o exercício efectivo do direito de contratação colectiva, pelas vias mais diversas, mas centradas fundamentalmente na recusa de autonomia negocial dos sindicatos representativos da maioria dos trabalhadores. Trata-

-se de um processo cujas fases essenciais são: a recusa de autonomia negocial; a conclusão de textos com organizações divisionistas fixando, nalguns casos, condições menos favoráveis de trabalho, com retirada de direitos e regalias; a ineficácia intencional dos serviços de intervenção do MT em sede conciliatória; a inviabilização de todas as vias de superação do conflito (negociação directa, conciliação, mediação, arbitragem); a recusa do MT de recorrer à via administrativa; as manobras dilatórias e finalmente a recusa negocial seguida de requerimento de portaria extensão que faça aplicar a todos os trabalhadores do sector, o texto acordado com as referidas organiza-

ções, independentemente de serem ou não por estas abrangidos.

Nesse processo assume papel essencial a intervenção do MT. Como a CGTP-IN denunciou em Novembro, a actuação do MT na fase conciliatória limita-se, quase sempre, a ouvir as partes em conflito, a fazer a acta e a declarar encerrado o processo. Ou seja, a fase conciliatória é transformada pelo governo numa mera etapa burocrática não cumprindo a sua função de meio de promoção da contratação colectiva e de prevenção e resolução de conflitos colectivos de trabalho.

Outra forma de boicote da contratação colectiva é a recusa ne-

No artigo "Formação sindical sim, mas eficaz!" publicado no número anterior, introduzimos um quadro contendo algumas incorrecções que passamos a rectificar.

Errata do número anterior

Estrutura actual do Sistema de Formação Sindical

Nível Elementar

Tipo de actividade	Aplicação	Responsabilidade pela organização e garantia de monitores	Duração
Curso elementar para Delegados Sindicais	Delegados Sindicais recém eleitos e activistas de empresas	Sindicatos, Federações, Uniãoes Distritais	1 dia
Curso elementar para Dirigentes Sindicais	Dirigentes Sindicais recém eleitos para Direcções de Sindicatos	Federações, Uniãoes Distritais	2 dias
Actividade complementar sobre a situação dos trabalhadores na Sociedade Capitalista	Dirigentes participantes no curso elementar que não tenham frequentado cursos básicos para delegados sindicais	Federações, Uniãoes Distritais	3 horas

Nível Básico

Tipo de actividade	Aplicação	Responsabilidade pela organização e garantia de monitores	Duração
Curso básico para Delegados Sindicais (a)	Delegados Sindicais que tenham já frequentado o curso elementar	Federações e Uniãoes Distritais	3 dias

(a) prevê-se a médio prazo a reformulação do curso.

gocial não expressa que caracterizou muitos dos processos de contratação colectiva. Mas, em 1983, o patronato mais retrógrado passa à recusa, pura, simples e expressa, de negociar. No CCT das indústrias metalúrgicas e metalomecânicas as Associações Patronais retiram, no início de Setembro, todas as propostas apresentadas, utilizando como pretexto a crise económica. O patronato joga abertamente na regulamentação de trabalho por via administrativa para responsabilizar o Governo pelos aumentos salariais fixados.

A contratação colectiva encontrou-se assim em impasse generalizado, afectando essencialmente as convenções de base sectorial. Em fins de Novembro, a CGTP-IN demonstra que estavam nesta situação mais de um milhão de trabalhadores (!). A maioria destes processos transitou para o ano de 1984.

No entanto também nesta frente o ano de 1983 registou vitórias:

- a) **O Governo foi forçado a alterar a sua política de recurso a portarias de extensão para impedir o exercício do direito de contratação colectiva e procurar impor condições de trabalho mais desfavoráveis, na sequência de queixas apresentadas na OIT nos seguintes processos:** têxteis, vestuário, CTT e panificação. Em 1982, a OIT

condenava esta política, pronunciando-se em relação aos têxteis e vestuário. O mesmo acontece em 1983 em relação aos CTT e panificação, acentuando "a importância de não atentar contra o direito de negociação voluntária numa organização representativa". Na resposta do governo este afirma que "nos últimos tempos, está fixado por princípio, não intervir nos conflitos colectivos de trabalho por emissão de regulamentações administrativas em substituição daquelas que não puderam ser obtidas por acordo entre as partes" (1).

- b) Na sequência desta deliberação, a CGTP-IN e as organizações sindicais abrangidas exigem a revogação das portarias de extensão referidas (2) à excepção dos CTT, onde o conflito foi resolvido no processo de revisão de 1983 em resultado das formas de luta desenvolvidas (4).
- c) O MT foi forçado a intervir de uma forma mais conforme com as funções que legalmente lhe competem, designadamente na conciliação e no recurso à via administrativa enquanto forma de sanção patronal em vários processos de contratação colectiva, designadamente nas convenções abrangendo

empresas públicas e, em particular, na indústria metalúrgica e metalomecânica. O anúncio de recurso a uma portaria de regulamentação de trabalho para punir a má fé patronal é só por si significativo, se atendermos a que a prática, há anos seguida, é a de não recorrer a este instrumento de regulamentação de trabalho nestes processos, deixando-os em "aberto", ou intervindo através de portarias de extensão.

Fernando Marques

(1) CGTP-IN, Boicote à contratação colectiva atinge mais de um milhão de trabalhadores, Inform. à Imprensa 68/83 de 21/11. Uma delegação de dirigentes de Federações deslocou-se no dia 22/11 ao MT exigindo ser recebidos pelo secretário de Estado do Trabalho, que recusou conceder a audiência.

(2) OIT, Caso n.º 1174, Queixa apresentada pela CGTP-IN contra o Governo de Portugal.

(3) Ou a clarificação do seu âmbito no sentido de apenas abrangermos os trabalhadores representados pelas organizações outorgantes das convenções.

(4) CGTP-IN, Governo não cumpre deliberações da OIT, CGTP-IN exige revogação das portarias de extensão que violam direitos sindicais, Nota à Imprensa 168/83 de 22 de Dezembro.

DOSSIER

dados úteis

De qualquer modo, este número representa um aumento de 12,3% relativamente a 1981.

Assim, houve 107 mortos no trabalho no 1.º trimestre, 182 no 2.º, 112 no 3.º e 108 no 4.º trimestre.

Os sectores de actividade onde se registaram mais casos de morte no trabalho foram, o da Construção e Obras Públicas, com 125 vítimas, seguindo-se a Indústria Transformadora (91 casos), e a Agricultura, Silvicultura e Pescas (70 mortos dos quais 36 só nas Pescas).

Acidentes de Trabalho

O Instituto Nacional de Estatística apurou que, durante o ano de 1982, se registaram 455 acidentes de trabalho "que provocaram a morte imediata", não tendo sido possível quantificar aqueles cujos sinistrados vieram a falecer mais tarde.

De sublinhar que estes dados são baseados apenas nas informações que as empresas de seguros fornecem aos tribunais. O INE só tem acesso a esses dados um ano depois pelo que ainda não existem dados de 83.

Dívidas do Patronato à Previdência

Mais de 50 mil empresas deviam aos cofres da Segurança Social — segundo os últimos dados conhecidos e referentes ao 3.º trimestre de 1983 — 51 milhões e 980 mil contos.

Este montante não inclui ainda os juros igualmente devidos pelas 50 662 empresas faltosas.

Por outro lado, e segundo uma fonte da Previdência, cerca de metade das empresas (48 por cento) que celebraram acordos com vista à liquidação das suas divi-

das à Segurança Social ou com tribunais fiscais, elevam-se, na altura referida, a 3464 empresas, das quais apenas 1794 estavam a cumprí-los. Das restantes 1670,

quase metade (1740) não efectuou qualquer pagamento, enquanto as outras só respeitavam parcialmente os acordos.

Tempo de noticiário atribuídos pela RTP em 1983

ENTIDADE	RTP 1	RTP 2
	Horas/Min/Seg	Horas/Min/Seg
CGTP Sindic. CGTP	47.74	7.63
	20.26	6.35
	1 hora e 8 min.	14 min. e 38 seg.
Governo	23.24.68	8.02.06
Partidos	16.03.35	2.47.95
A. Rep.	5.30.92	1.43.19
P.R.	3.45.42	1.12.33

(Fonte: RTP)

À laia de conclusões, o tempo da CGTP-IN e Sindicatos da CGTP (segundo os critérios da RTP) foi:

Na RTP 1

- 23 vezes menos que o tempo do Governo, sem incluir neste o dos partidos governamentais. Ou seja, 4,3 % do tempo do Governo.
- 16 vezes menos que o tempo dos partidos.
- 1,92 % do tempo total.

Na RTP 2

- Cerca de 37 vezes inferior ao tempo do Governo (2,5 % do tempo deste).
- 12 vezes inferior ao do tempo dos partidos.
- 1,52 % do tempo total.

Chama-se a isto "pluralismo"...

ANDAR DE BICICLETA...

(continuação de pag. 29)

As pessoas residentes em localidades de passagem das bicicletas e dos carros de som e de apoio que divulgavam os objectivos e as causas da realização desta original forma de luta.

À todos quantos se encontravam no café, à janela, a passear pelas ruas, ou nas lojas da Nazaré, Caldas da Rainha, Bombarral, Torres Novas, Loures, ou nas concentrações de trabalhadores que em muitos destes locais aguardavam a passagem dos vidreiros foi dado ver crianças, homens e mulheres de idades compreendidas entre os 12 e os 66 anos que a despeito da fadiga, da longa distância percorrida, conservavam nos seus rostos a razão da sua luta e a certeza da sua chegada a Lisboa.

Do ponto de vista da Organização, esta experiência dos vidreiros da Marinha Grande demonstrou como com uma acção que envolve um não muito extenso número de trabalhadores a participar é possível obter bons resultados em termos de sensibilização da Opinião Pública e romper o verdadeiro muro de silêncio da Comunicação Social relativamente às lutas dos trabalhadores.

Toda a Imprensa, Rádio e Televisão cobriram com maior ou menor destaque o acontecimento. Ou seja, pela inovação que representou, a caravana de bicicletas dos 200 trabalhadores vidreiros, da Marinha Grande até Lisboa, chegou a milhões de portugueses. Um exemplo que "Alavanca" registou e apresenta.

SINDICATOS DA UGT RECEBEM DINHEIRO DO GOVERNO

O Governo PS/PSD e os executivos da "AD" que o antecederam, através do Instituto do Emprego e Formação Profissional e a Secretaria de Estado do Emprego concederam largos milhares de contos de subsídios a Sindicatos da "UGT". Segundo documentos comprovativos agora divulgados por um vespertino lisboeta apenas as estruturas daquela organização divisionista tem tal tipo de apoios financeiros. Estes têm sido concedidos pelo Governo para acções de formação, "colóquios"; "mesas — redondas"; "círculos de estudos"; etc; por proposta da "UGT". Assim, na sequência das ajudas financeiras concedidas a mais de dezena e meia de Sindicatos da "UGT" até 1982; e que somaram vários milhares de contos; esta organização divisionista pediu apoios para os anos 83/84 da ordem dos 5 mil e 300 contos, grande parte dos quais foram concedidos.

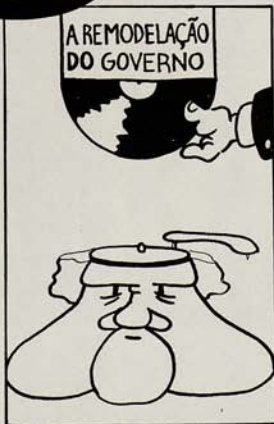
Para o triénio de 1984/86 a "UGT" pediu 98 mil e 200 contos dos quais foram acordados 59 mil. E para investimentos a realizar em equipamentos e remodelação de instalações pediu a UGT, 57 mil contos. Dos quais foram "acordados" 32 mil. Sendo 13 as estruturas (nomeadamente da área dos quadros técnicos e serviços) contempladas.

No ofício da "UGT"; dirigido em Fevereiro de 1983, ao director do Instituto de Emprego e Formação Profissional, Horácio Filipe, a organização divisionista para justificar os pedidos de subsídios, invocava a sua próxima aceitação na CES tornando-se a única representante dos trabalhadores portugueses na CEE "...e como Portugal estava em vias de entrar na comunidade".

Escusado será dizer que não houve nenhum tipo de concursos para o financiamento de acções de formação sindical, que todo este processo se desenvolveu à revelia das organizações de trabalhadores do MSU e no segredo dos gabinetes.

... "concertam-se" bem, o Governo e os rapazes da "UGT"!

o traço
do mês



Um livro de enorme valor histórico e documental que faz o balanço de 3 governos de direita de 1980 a 1982/83 e da acção do movimento sindical durante esse período.

preço: só 250\$00



Pedidos a: Edições 1 de Outubro
Rua da Glória 41 1ª Esq. 1200 LISBOA

ALIANÇA

25 ABRIL
1º MAIO

AS IMAGENS

